



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 39/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1837/2012 (6 vols.)

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico e Social – AADES.

4- Exercício: 2011.

5- Responsável: Sra. Ana Paula Machado Andrade Aguiar, Presidente da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico e Social - AADES.

6- Unidade Técnica: DICAL-AM – Informação nº 26/2013 (fls. 1139/1141).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 8183/2013-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 1146/1155).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Exercício de 2011. Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico e Social – AADES.

Preliminar. Concessão de prazo para recolhimento de importância à SEFAZ.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, que acolheu em sessão preliminar suscitada pelo Conselheiro Raimundo José Michiles no sentido de **conceder prazo** de 60 (sessenta) dias à senhora Ana Paula Machado Andrade Aguiar, Presidente da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico e Social - AADES, à época, para que recolha aos cofres da SEFAZ, tão logo esta Secretaria indique qual conta do Estado deverá ser utilizada, nos termos do artigo 304, inciso V, da Resolução n. 4/2002, a importância de **R\$ 50.112,00 (cinquenta mil e cento e doze reais)**, referente aos "Combustíveis constante do Plano de Trabalho, R\$ 50.112,00, vez que não foi utilizado e já não tem mais o condão de servir à finalidade para o qual foi previsto". Após o cumprimento perante esta Corte do recolhimento do valor, julgar o mérito das contas.

10- Ata: 2ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 22 de janeiro de 2014.

Diário Eletrônico do TCE/AM,

Edição nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃO-DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 39/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE/AM nº 1837/2012 (6 vols.) – fl. 02

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Fui presente Procurador-Geral de Contas